CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 1474/82 (Volume I, II, III e IV) REAUTUADO EM 23/12/86

INTERESSADOS : INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUZANENSE, EX-INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SANTO ANTÔNIO, DE SUZANO

ASSUNTO : RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA

RELATOR : CONSELHEIRO FRANCISCO APARECIDO CORDÃO

PARECER CEE N° 959/87 - - APROVADO EM 27/05/87

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO

1. Em 17/04/85, este Conselho aprovou o Parecer CEE n° 499/85, originário de relatório parcial e de pedido de orientação formulados pela Comissão de Verificação de Vida Escolar do I.E. Suzanense, de Suzano (fls.446/467 do vol. III).

2. O citado Parecer deste Conselho, em sua Conclusão, item 1, considerando o contido no relatório parcial elaborado pela Comissão de Verificação da vida escolar, solicitou o seguinte:

- "Os fatos narrados pela Comissão de Verificação de vida escolar de alunos e ex-alunos do Instituto de Educação Santo Antônio de Suzano, hoje denominado Instituto de Educação Suzanense, devem ser analisados pela Comissão Especial de Sindicância, determinada pelo Parecer CEE n° 1584/84, com a finalidade de fixar, de forma inequívoca, as responsabilidades de quantos (mantenedores, diretores, secretários, professores e autoridades supervisoras) contribuíram para que tão graves irregularidades houvesse ocorrido."

- Os demais itens da Conclusão orientam a Comissão de Verificação de Vida Escolar, sobre os procedimentos a serem adotados visando solucionar situações escolares de alunos.

3. A Comissão Especial de Sindicância, solicitada pelo Parecer CEE n° 1584/84, foi designada por Res. SE de 26, publicada em 27/11/84, instalando-se em 04/12/84, a qual concluiu seus trabalhos em 17/09/86.

4. A cópia do relatório final, bem como da defesa oferecida pela Escola, foram encaminhadas pelo Sr. Secretário de Estado da Educação para ciência deste Conselho, juntamente com o Ofício GS 8168/86, que passou a constituir o Vol. IV do protocolado.

5. O referido Relatório Final, constante de fls. 474 a 697 do volume IV, foi subdividido nos seguintes tópicos gerais:

- A - Introdução;
- B - Considerações;
- C - Histórico;
- D - Parecer Conclusivo.

6. Com referência à situação da escola foram abordados no Histórico o seguinte:

6.1 - A 1ª Sindicância, seus antecedentes, bem como a verificação de seu funcionamento e apuração das irregularidades (fls. 533 a 544):

a) No transcorrer do ano letivo de 1980, foram veiculados, através da imprensa, notícias sobre a venda de diplomas falsos, de 1º e 2º grau, pelo Instituto da Educação Santo Antônio, bem como a ação da Polícia Federal junto à mesma, lavrando flagrante, apreendendo e lacrando os arquivos.

b) A Secretaria da Educação através do extinto Grupo de Controle das Atividades Administrativas e Pedagógicas (G.C.A.A.P.) e das autoridades da DRE-5-Leste, compareceu à escola, recebendo todo o material apreendido, observando as cautelas de praxe, tendo o Diretor Regional assumido o controle e a responsabilidade pelo material entregue (fls.534).

c) A Comissão de Supervisores designada elaborou seu relatório após a verificação do funcionamento da escola, apontando irregularidades que remontam à época da fundação da escola, em 1953, com os arquivos e documentos escolares em grande desorganização: (fls. 537/544).

c.1 - irregularidades nos registros e documentos: falta de livros, inexistência de prontuários, rasuras constantes, prontuários incompletos, inclusão de nomes de alunos, restauração de livros e prontuários, situações suspeitas;

c.2 - irregularidades no funcionamento da escola: classes com alunos e sem professores, classes com professores e sem alunos, reuniões de alunos de curso e séries diferentes na mesma classe e recebendo a mesma aula;

c.3 - falta de controle de frequência dos alunos: os livros de escrituração de matrículas, de resultados finais, de registros de diplomas, de processos de adaptação e outros, apresentam rasuras sem ressalvas, inclusão e adulteração de nomes de forma visível e grosseira; lançamento de nomes de supostos alunos; livros em duplicata; reposição de nomes; falta de correspondência entre os históricos escolares e os registros nos livros; registros forjados, com vistos do Delegado de Ensino e Supervisores, em alguns desses livros;

c.4 - Prontuários de alunos: em quase sua totalidade, os prontuários apresentam rasuras, falta de históricos escolares, de comprovantes de conclusão do curso, de requerimento; requerimentos bloqueados são assinados em branco; falta de correspondência entre os prontuários e os registros nos livros de matrícula, de atas e outros; ausência de registro de notas e até de disciplinas;

c.5 - Frequência escolar: baixa frequência de alunos durante a semana; classes com alunos e sem professores e classes com professores e sem alunos; inexistência de aulas práticas de Educação Física; agrupamento de turmas, séries e disciplinas diversas, em uma só sala; alunos com matrícula cancelada e frequência normal; registro de presença sem alunos; aulas conjuntas com alunos de séries diferentes e outras irregularidades conforme constante de fls. 540;

c.6 - Funcionamento da escola aos sábados: a recuperação, atividade destinada aos alunos com aproveitamento ou rendimento escolar insuficiente, tornou-se uma prática da escola para a compensação de ausência de alunos que não pudessem frequentar regularmente as aulas durante a semana. No Curso de Magistério estavam matriculados 1540 alunos, quando na região Leste inteira havia um total de cerca de 540 alunos matriculados;

c.7 - Estágio: não há processo de avaliação de estágio, nem fichas de controle e escrituração nos livros. Dos 1540 alunos apenas 12 solicitaram credenciamento para o estágio, em escolas oficiais;

c.8 - Processos de Adaptação (2ª e 3ª séries):

não há escrituração sistemática, nem ficha de controle dos prontuários desses alunos;

c.9 - Habilitação para lecionar e horário de aulas: de 41 professores, 19 não possuíam qualquer habilitação; não havia adequação entre o horário de aulas da escola e o que foi cumprido pelos professores, havendo também ausência de disciplinas nos cursos em funcionamento.

d) A diretora da escola, através de seus procuradores, ao ser notificada pela Comissão, apresentou a defesa e admitiu a existência das irregularidades apuradas, encarando-as como perfeitamente justificadas. Atribuiu aos funcionários da escola e às autoridades escolares as falhas, erros, omissão, inovações de livros, e o funcionamento irregular dos cursos e aulas. Ela considerou que as irregularidades devem ser creditadas à falta de pessoal qualificado e às contradições de orientação e diretrizes dos órgãos de inspeção e de supervisão. Ao final, é pedido um prazo de 120 dias para regularizar a situação e devolver os livros (fls. 542/543) à Delegacia de Ensino.

e) As conclusões a que chegou a Comissão são as seguintes:

- escola totalmente irregular no aspecto pedagógico, técnico, administrativo e legal;
- escrituração completamente desorganizada, eivada de suspeita e de inidoneidade, levando a escola ao caos;
- total falta de capacidade técnica e administrativa do corpo diretivo;
- aspecto curricular comprometido pela facilidade de frequência dos alunos;
- curso de Magistério aos sábados;
- falta de organização racional e distributiva dos alunos em classe;
- 24 professores sem habilitação específica;
- número elevado de alunos e limitações na capacidade física das salas de aula;
- ausência de adaptação para 463 alunos das 2ª/3ª séries;
- curso de fins de semana feito em apostilas;
- falta de estágio obrigatório;
- omissão da Delegacia de Ensino (fls. 543/544)

f) diante do constatado, a Comissão opinou, em agosto de 1980, pelo encerramento das atividades da escola, assegurando aos alunos a continuidade dos estudos e pela apuração de responsabilidade da DE de Suzano e constituição de uma Comissão de Verificação de Vida Escolar (fls.544).

6.2 - A transferência de entidade mantenedora:

a) No início de fevereiro de 1981, foi protocolado, na DRE de Mogi das Cruzes, pela Associação Cultural e Educacional Suzanense S/C Ltda, requerimento solicitando transferência de entidade mantenedora para sua responsabilidade, bem como a mudança de denominação da escola de Instituto Santo Antônio para Instituto de Educação Suzanense, instruindo o pedido com a documentação relacionada às fls. 545.

b) Analisado o pedido por Comissão de Supervisores, em 30/01/81 (sic), foram apontadas algumas falhas e, no mesmo dia, apesar das falhas apontadas, o Delegado de Ensino de Suzano encaminhou o expediente à DRE-5-Leste, "justificando tal encaminhamento pelo fato de o expediente ser fruto de trabalho especial e urgente." (fls. 546).

c) Em 02/02/81, data da autuação na DRE-5-Leste, o Diretor Regional proferiu despacho solicitando ao Delegado de Ensino de Suzano a correção das falhas apontadas.

d) Em 03/02/81, o Delegado de Ensino deu ciência à mantenedora e foram então anexados os documentos faltantes, sendo que, em sua maioria, os carimbos de autenticação continham a data de 03/02/81 (fls. 547/549).

e) Em 05/02/81, o Delegado de Ensino remeteu o processo para nova manifestação da Comissão de Supervisores, a qual apontou, ainda, a ausência de alguns documentos (fls.549).

f) Em 06/02/81, apesar da falha apontada, o processo foi encaminhado à DRE-5-Leste (fls.550)

g) Em 12/02/81, o Diretor Regional da DRE-5-Leste devolveu os autos à Delegacia de Ensino de Suzano para atender à solicitação da Comissão de Supervisores (fls.550).

h) Em 13/02/81, foram atendidas as solicitações e restituído o protocolado à DRE-5-Leste, que emitiu parecer e, na mesma data, deu entrada na COGSP, de onde foram encaminhados ao G.C.A.A.P., em 16/02/81.

i) Em 19/02/81, retornando os autos à COGSP, foi expedida a Portaria publicada em 21/02/81, dispondo sobre a homologação da transferência de entidade mantenedora e mudança de denominação da escola.

6.3 - A 2ª Sindicância:

a) analisou a constituição da entidade mantenedora (fls. 554):

- a entidade anterior, "Liceu Santo Antônio S/C Ltda", era composta por determinados elementos, conforme relação contida às fls. 552 do relatório, e a nova mantenedora, Associação Cultural e Educacional Suzanense S/C Ltda, por outros.

- Em março de 1982, houve alteração na composição dos sócios integrantes da nova entidade mantenedora, com retorno de 3 (três) elementos da entidade anterior, sendo que o cargo de direção da escola ficou nas mãos de um desses três elementos. (fls.553/554).

b) prestou-se informações sobre o prédio, o funcionamento da escola, a composição da administração, e casos especiais da alunos com vida escolar suspeita. (fls. 553/557).

c) verificou-se que as matrículas dos alunos foram efetuadas a partir de 21/02/81, após a publicação da Portaria COGSP, e não no período compreendido entre 09/01 a 20/02/81, em desobediência a Resolução SE de 09/01/81, que suspendia as matrículas no I.E. Santo Antônio de Suzano.

d) a Comissão Comissão Especial de Sindicância, considerando que:

- a transferência de entidade mantenedora foi uma manobra artilosa, para fugir ao encerramento, ferindo princípios filosóficos, morais, éticos e profissionais;

- o prédio não possui local adequado para a prática de Educação Física;

- há irregularidades de escrituração nos prontuários de alguns alunos atuais (350 processos aguardando solução);

- as salas de aula funcionam com número acima do aceitável;

- há dúvida quanto à legalidade de funcionamento da escola, em face da Resolução SE, que não foi revogada apresentou as seguintes conclusões:

d.1 - advertência à DE de Suzano pela aceitação de número excessivo de alunos por classe;

d.2 - advertência à escola, solicitando que providencie local para prática de Educação Física;

d.3 - encaminhamento à autoridade policial de cópia do depoimento de Ana Maria Saleta Lira da Silva, conforme consta à fls. 555, para ser apurada a responsabilidade de Maria Helena Rezende, com relação ao comércio de documento escolar;

d.4 - atestado de que o Instituto de Educação Suzanense tem condições aceitáveis de funcionamento. (fls. 559/560).

6.4 - Com referência a situação escolar dos alunos, a Comissão Especial de Sindicância informou sobre os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Verificação de Vida Escolar (fls. 560/564);

6.4.1 - numa 1ª etapa, cujo relatório parcial foi encaminhado ao CEE, dando origem ao Parecer CEE nº 498/85, constam:

a) as seguintes informações:

- até a data do encaminhamento do relatório parcial, foram levantados e analisados 3.200 prontuários, de um total de 25.000 que se encontravam na escola;

- desses foram inicialmente verificados 405 prontuários correspondentes aos processos que aguardavam conclusão;

- de 723 prontuários fora do acervo da escola, 68 nomes se achavam entre os 405 processos que tramitavam pela SE;

- até o final de janeiro de 1984, foram levantados 180 prontuários que apresentavam Irregularidades e 223 liberados para autenticação;

- dos 180 convocados para esclarecimentos, 57 compareceram à 1ª e 11, à 2ª convocação.

b) as seguintes conclusões:

- as denúncias de venda de certificados e diplomas têm fundamento;

- nem todos os documentos escolares foram adquiridos diretamente na escola, devendo haver intermediários;

- algumas pessoas, antes de se apresentarem para prestar esclarecimentos, foram devidamente orientados por quem facilitou a obtenção dos documentos;

- dos 156 documentos anulados, 131 pertenciam a funcionários públicos, dos quais 25 pertencentes à Secretaria de Segurança Pública;

- todos fizeram uso dos documentos, intruindo suas matrículas em faculdades.

6.4.2 - Numa 2ª etapa, foram levantados 1368 prontuários, sendo que alguns deles faziam parte dos 723 achados fora do acervo da escola. Convocados os 1368 interessados para declarações, ficaram caracterizadas as situações mais significativas, conforma fls. 563/564:

- alunos que supostamente "cursaram o 2º grau e se matricularam novamente no 2º grau, concluindo o curso";

- alunos que frequentaram o curso de fim de semana;

- casos de fraudes, em que ficou comprovada a não realização do curso, quer por enxerto nos livros autênticos, quer por constar em livros paralelos;

- alunos que não cursaram uma das séries do curso, e a escola expediu certificado de conclusão ou diploma, forjando registros e fichas correspondentes à série não cursada;

- alunos concluintes do 2º grau, matriculados diretamente na 4ª série do Magistério;

- alunos portadores de diploma de Magistério, matriculados na 4ª série do mesmo curso, área pré-escola, sem registro em livros de matrícula e atas de resultados finais;

- prontuários evidenciando vida escolar irregular, com ausência de registros em livros de matrícula e atas de resultados finais, em uma ou mais séries do curso;

- alunos matriculados que concluíram o curso supletivo com suposta idade mínima legal, mas sem documentos e com registros forjados pela Escola;

- alunos que eliminaram algumas disciplinas através dos Exames Supletivos e foram matriculados na última série, com requerimentos e fichas individuais forjados pela escola;

- ausência de fichas de estágio e inexistência de livros e registros de estágios realizados;

- alunos com diplomas expedidos antes da realização dos estágios e que foram realizados fora do curso;

- alunos transferidos sem as adaptações, sem integralização da carga horária e com divergências nos currículos registrados pelos livros e nos históricos escolares-

6.4.3 - Após análise do relatório parcial elaborado pela Comissão Especial de Verificação de Vida Escolar, o CEE, através de seu Parecer nº 498/85, afirmou, em 1º plano, que "os fatos narrados pela Comissão (...) devem ser analisados pela Comissão Especial de Sindicância determinada pelo Parecer CEE nº 1584/84, com a finalidade de fixar, de forma inequívoca, as responsabilidades de quantos (mantenedores, diretores, secretários, professores, autoridades supervisoras) contribuíram para que tão graves irregularidades houvessem ocorrido."

6.4.4 - Constam, às fls. 565/572, resumidamente, declarações e/ou depoimentos de 24 elementos que receberam certificados e/ou diplomassem terem cursado o Instituto de Educação Santo Antônio, de Suzano.

7. O Diário Oficial do Estado de 10/01/85 publicou a Res. SE nº 04, que suspendia, para o ano letivo de 1985, as matrículas, de novos alunos, quer por matrícula inicial, quer por transferência, em todos os cursos em funcionamento no Instituto da Educação Suzanense, antes denominado Instituto de Educação Santo Antônio, contra a qual a entidade mantenedora impetrou mandado de Segurança, sendo concedida a liminar (fls. 573).

7.1 - Sendo a liminar, posteriormente, indeferida foram os autos encaminhados à SEE, com solicitação das informações cabíveis.

7.2 - Em 23/04/85, o Ministério Público emitiu Parecer pela denegação de Segurança impetrada, entendendo que a Resolução SE de 9, publicada em 10/01/85, continuava em vigor, concluindo ainda que "os autos não evidenciavam a regularidade que o impetrante alega, nem destroem a certeza de que persiste, no mesmo estabelecimento, a situação ocasionadora de proibição lançada em 1981, que remanesce vivida."

7.3 - Em 13/06/85, pelo acórdão da 6ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça, por votação unânime, foi afastada a preliminar de decadência arguida e, no mérito, foi denegada a segurança.

8. Às fls. 575/582, constam informações sobre um exame dos livros de escrituração (por amostragem), que em sua maioria apresentam irregularidades, tais como:

- termo de abertura datado de 17/12/74, sem registro de encerramento;
- espaços em branco, sem ressalva;
- folhas não rubricadas;
- alunos matriculados em classes diferentes no mesmo ano;
- nomes sobrepostos e rasuras comprometedoras;
- evidência de livros em duplicata, etc.

9. Às fls. 583/601, constam informações sobre as investigações realizadas pelo Serviço Disciplinar da Polícia Militar e, encaminhadas ao Sr. Secretário da Educação pelo Sr. Cel. da Polícia Militar, Chefe do EM/PM, englobando 31 (trinta e um) depoimentos de militares que teriam adquirido diplomas falsos do I.E. Santo Antônio.

9.1 - A análise dos depoimentos prestados levou a Comissão de Sindicância a constatar que:

- 14 militares declararam que receberam os documentos escolares, mas não cursaram o Instituto de Educação Santo Antônio, nem efetuaram qualquer pagamento;

- 6 nunca cursaram, mas pagaram quantias que variavam entre Cr\$ 8.000,00 a Cr\$ 55.000,00 para receberem os documentos escolares;

- 10 afirmaram ter cursado a primeira série ou mais, mas achando o IESA muito desorganizado, com muitas facilidades com relação à frequência e pouco caso ou pouco interesse por parte dos professores;

- 3 declararam taxativamente ter adquirido os certificados e históricos através de Ramon Ruiz Lopes Filho;

- 4 adquiriram de um P.M. que trabalhava no Palácio do Governo e 2 disseram que, em troca de apoio político nas eleições, receberam os certificados.

9.2 - 21 (vinte e um) policiais militares, até a data da elaboração do relatório, já tiveram seus documentos escolares anulados, com publicações no Diário Oficial do Estado.

10. Constam às fls. 604/608, análise feita pela Comissão Especial de Sindicância, sobre o contido nos Pareceres CEE nºs 180/83, 1584/84 e 498/85.

10.1 - Em cumprimento às determinações contidas no item 1 da Conclusão do Parecer CEE nº 498/85, foram ouvidos 22 elementos (mantenedores, diretores, secretários, professores, autoridades supervisoras) cujos depoimentos foram lavrados a termo, com resumos inseridos às fls. 612/660.

10.2 - Às fls. 660/676, constam depoimentos de elementos arrolados por indicação da defesa.

11. A Comissão Especial de Supervisores, considerando as conclusões das Comissões Sindicantes anteriores, os documentos encaminhados pela Comissão de Verificação Escolar, o relatório do Serviço Disciplinar da Polícia Militar, a decisão exarada pelo Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, em Mandado de Segurança impetrado pela Associação Cultural e Educa-

cional Suzanense S/C Ltda, articula, às fls. 677/688:

11.1 - O Instituto de Educação Suzanense sucedeu o Instituto de Educação "Santo Antônio", por permissividade das autoridades maiores da SEE. Mudou-se a denominação da escola, constituiu-se nova entidade, alterou-se o contrato social, modificaram-se os responsáveis, mas o objeto principal em questão, isto é, escola-alunos-escrituração-professores-funcionários, permanecem como antes. Considerando a existência da Res. SE de 9, publicada em 10/01/81, que proibia matrículas em todos os cursos em funcionamento no estabelecimento, procurou-se uma "fórmula mágica" para prosseguir funcionando. A fórmula foi a da mudança de denominação e a da transferência de entidade mantenedora, sendo que, decorrido apenas 1 ano, os antigos sócios retornaram à mantenedora, mediante alterações, contratuais.

11.2 - Em 1980, a Comissão de Sindicância já opinava pelo encerramento das atividades do Instituto de Educação Santo Antônio e pela apuração das responsabilidades da DE de Suzano, pela extensão das irregularidades constatadas. Tal proposta, acatada pela Divisão Regional da DRE-5-Leste, foi encaminhada à SEE, que fez publicar Res. SE. em 10/01/81, dispondo sobre proibições de novas matrículas.

12. A 2ª Comissão de Sindicância, em face do Parecer CEE nº 180/83 e relativo à equivalência de estudos de Nuno Manoel Batista, concluiu que "a transferência de entidade mantenedora foi efetuada dentro das exigências legais, nada faltando para que a entidade fosse pessoa jurídica perfeita e capaz para a finalidade a que se propõe". Tal conclusão é contestada pela Comissão de Sindicância atual, com os seguintes argumentos:

a) - ela é mantenedora de uma unidade escolar que se encontrava sob proibição de receber matrículas;

b) - a Comissão de Sindicância, em 1983, absteve-se da verificação de livros, arquivos, documentos escolares em geral, já montados pela escola, onde estavam finca-

das as raízes das inúmeras irregularidades apontadas e de onde provinham os alunos matriculados na mesma escola, agora com outra denominação;

c) - Em 1983, a Comissão da época arguiu sobre a validade da Portaria COGSP, em relação às matrículas efetuadas pelo I.E. Suzanense, uma vez que não houve menção explícita sobre a reabertura de matrículas.

13. Apesar de todas as irregularidades apontadas, a então Comissão de Sindicância concluiu que o Instituto de Educação Suzanense "apresenta condições aceitáveis de funcionamento nos aspectos físico, administrativo, didático e pedagógico?"

14. Por todos os aspectos levantados pelas duas Comissões Sindicantes anteriores e tendo em vista as Irregularidades apontadas, este Conselho, através do Parecer CEE 1584/84, opinou pela designação de nova Comissão Especial que, "retomando os procedimentos inconclusos da Comissão Sindicante que atuou junto ao Ex-Instituto de Educação Santo António, fixe, de forma inequívoca, as responsabilidades de quantos (mantenedores, diretores, secretários, professores e autoridades supervisoras) contribuíram para que tão graves irregularidades houvessem ocorrido".

15. Em 10/01/85, foi publicada a Res. SE nº 04/85, suspendendo as matrículas de novos alunos (matrículas iniciais e por transferências), para o ano de 1985 em todos os cursos em funcionamento no Instituto de Educação Suzanense, ex-Instituto de Educação "Santo Antônio".

16. Após exame de toda a documentação, a nova Comissão concluiu que ficou evidenciada a responsabilidade dos mantenedores, dlretores, secretários, professores e autoridades de ensino, nas graves irregularidades ocorridas, dentre as quais, destacou:

- comercialização de documentos escolares por elementos de dentro e fora da escola;

- desorganização geral da escola, inquinada de suspeita e inidoneidade;

- facilidades e facilitações aos alunos com relação a frequência às aulas, às avaliações, à recuperação, adaptações, etc;
- Curso de Magistério feito quase que exclusivamente aos sábados, ou sem qualquer exigência com relação à frequência;
- matrícula de alunos em duas séries da mesma habilitação no mesmo ano;
- número de matrículas além da capacidade física da escola;
- não cumprimento dos estágios supervisionados;
- adulterações, rasuras, enxertos, requerimentos e fichas forjadas, livros e escrituração paralela;
- matrícula de alunos sem comprovante de escolaridade anterior ou com documentos forjados pela escola.

17. Com relação a tais irregularidades acima apontadas a Comissão concluiu que:

a) As autoridades de ensino da Delegacia de Ensino de Suzano mostraram-se negligentes no que concerne ao cumprimento da legislação de ensino e imprudentes no desempenho de suas funções, chegando a assinar vários documentos inidôneos, apondo-lhes o "visto-confere", dentro de uma sistemática simplória, implantada oficialmente na DE, sem a verificação dos prontuários, livros e arquivos da escola, ignorando por completo, a existência de cursos de fim de semana e as inúmeras falhas que afrontavam toda a legislação do ensino em vigor.

b) Na questão ligada à transferência de entidade mantenedora e mudança de denominação, não se pode negar a existência de "um acordo de cavalheiros", celebrado, entre os mantenedores e o Gabinete do Senhor Secretário da Educação, visando dar continuidade de funcionamento à escola, evitando-se com isso, a cassação sugerida pela 1ª Comissão de Sindicância.

c) O processo de transferência da entidade mantenedora tramitou com celeridade inusitada através dos diversos órgãos da SEE, isto é, em apenas 21 dias, chegando as autoridades de ensino a esquecer-se do Regimento Escolar, peça importante para o fim pretendido.

d) A Res. SE de 09/01/81, que suspendia a matrícula na escola, não foi anulada nem revogada, fazendo com que, a partir desta data, todos os atos escolares praticados se tornassem passíveis de anulação, já que a Portaria COGSP de 20/02/81 (transferência de entidade mantenedora e mudança de denominação) não tinha poder para revogar aquela Resolução.

e) As autoridades escolares mostraram-se negligentes e imprudentes ao se manifestarem nos autos de transferência, ignorando ou fingindo ignorar a Resolução do Senhor Secretário de Educação, ficando mais patente, "o acordo de cavalheiros" quando se observa nos autos do referido processo a celeridade imprudente e não usual.

f) Responsabilidade maior coube ao então Coordenador da COGSP, autoridade subordinada ao Secretário da Educação, ao publicar a Portaria de 20/02/81, quando ainda vigia a Res. SE de 09/01/81.

g) Também responsabilidade há que ser imputada ao GCAAP, órgão cuja função precípua era o controle administrativo, que se omitiu ao analisar o processo de transferência de entidade mantenedora, confirmando as alegações, em depoimentos, de que seu dirigente teve participação ativa no mencionado "acordo de cavalheiros".

18. Quanto ao incêndio ocorrido na madrugada de 28/02/81, na DE de Suzano, os peritos do Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Científica -SSP, expediram o Laudo nº 6276/81, em que "admitem que o incêndio teve origem em fenômeno termo-elétrico localizado nas instalações elétricas que passavam sobre o gabinete do Delegado de Ensino", muito embo-

ra em alguns depoimentos seja levantada a hipótese da causa ser de origem criminosa, o que não ficou comprovado.

19. Elementos que comercializavam documentos escolares direta ou indiretamente, com maior ou menor relacionamento com a escola, foram citados em diversos depoimentos.

20. Em face do exposto, no item 5.9.3., a Comissão Especial de Sindicância emitiu seu parecer, às fls. 689/696;

20.1 - E anulável a Portaria COGSP publicada em 21/02/81 (transferência de entidade e mudança de denominação) uma vez que, se hierarquicamente considerada, não pode negar efeito a uma Resolução baixada por autoridade superior;

20.2 - A Resolução SE nº 4, publicada em 09/01/85, proíbe matrículas no ano letivo de 1985, para alunos novos (iniciais ou por transferência), não vedando o prosseguimento de estudos aos alunos já matriculados na escola;

20.3 - Todos os elementos envolvidos, das entidades mantenedoras antiga, intermediária e atual, contribuíram direta ou indiretamente para que tantas irregularidades ocorressem, desde pequenas até graves irregularidades, as quais ensejaram encaminhamento do protocolado ao Ministério Público, para conhecimento, relacionando às fls. 690/693 os elementos envolvidos, bem como suas responsabilidades;

20.4 - A responsabilidade que recai sobre as autoridades de ensino, pode ser enfocada em duas etapas distintas:

a) antes da invasão da escola pela Polícia Federal:

Nesta 1ª etapa são responsáveis por negligência no desempenho de suas funções, as autoridades supervisoras da DE de Suzano, a quem competia supervisionar, prestar assistência técnica e fiscalizar as atividades da escola. Não só se mostraram negligentes no desempenho de suas atribuições ao longo

dos anos, como também agiram de forma imprudente, assinando diplomas, certificados e históricos escolares inidôneos, sem conferir prontuários, livros e outros documentos, dando-lhes autenticidade. Além do mais, calaram-se diante de fatos notórios gravíssimos, tais como: cursos de fim de semana, rasuras gritantes na documentação, livros paralelos, etc.

b) depois da invasão da Polícia Federal, até a publicação da Resolução SE nº 04/35:

Nesta 2ª etapa, após a invasão da Polícia Federal e de modo especial, no período em que ocorreu a transferência de mantenedora e mudança de denominação, vários funcionários da Secretaria da Educação foram responsáveis, por atuarem de forma negligente e imprudentemente nas informações prestadas no referido processo, ignorando ou omitindo os termos da Resolução SE de 09/01/81, agindo de forma estranha e imprimindo um ritmo célere na tramitação do respectivo processo.

c) no que concerne à participação de terceiros, que tiveram atuação na comercialização de documentos escolares e já citados anteriormente, a Comissão informa sobre o encaminhamento de uma via do Relatório ao Senhor Juiz de Direito da Comarca de Suzano, por onde corre o Processo nº 197/80, em que aparecem como indiciados no Inquérito Policial membros da entidade mantenedora. Igualmente, será encaminhada uma outra via do Relatório, acompanhado de cópias das peças mais importantes, ao Ministério Público, para conhecimento e providências cabíveis.

20.5 - Concluindo seu parecer, a Comissão intimou a Associação Cultural e Educacional Suzanense, para oferecer defesa. A defesa apresentada pela representante da entidade mantenedora, consta às fls. 699/724 do relatório apensado ao protocolado.

21. Após análise dos argumentos apresentados pela representante da entidade mantenedora, a Comissão Especial de Sindicância emitiu seu parecer conclusivo, submetendo-o à consideração do Senhor Secretário da Educação, com as seguintes propostas (fls. 726/750)

21.1 - Em relação à escola:

a) cassação do funcionamento e reconhecimento do Instituto de Educação Suzanense, ex-Instituto de Educação "Santo Antônio";

b) recolhimento dos arquivos (acervo documental) do estabelecimento, removendo-os para a DRE-5-Leste, onde se encontra instalada a Comissão de Verificação de Vida Escolar;

c) encaminhamento dos autos ao CEE para que se manifeste a respeito da necessidade de convalidação dos atos escolares praticados posteriormente à publicação da Resolução SE de 09/01/81.

21.2 - Em relação a terceiros:

Quanto à responsabilidade de pessoas estranhas à escola mantenedora, a Comissão propôs que sejam extraídas cópias dos autos e remetidas à 2ª Vara da Comarca de Suzano, por onde tramita o Inquérito Policial 197/80. Encontram-se nessa situação:

Ramon Ruiz Lopes Filho

Antônio Bezerra de Oliveira

Maria Aparecida de Souza Ferreira

Antônio Marano Medeiros

Francisco de Paula Alfim

João Batista Ferreira ou Pereira

Sônia Regina Belli

Mário Claro Comitre.

21.3. Em relação aos mantenedores:

No tocante à responsabilidade dos mantenedores, que seja dada ciência ao Senhor Juiz da Comarca de Suzano, para análise de suas condutas, responsabilizando-os, se assim entender cabíveis.

21.4. Com referência a ex-alunos e supostos alunos:

Após análise pelo G.V.C.A., todos os casos de ex-alunos ou supostos alunos deverão ser encaminhados para a competente manifestação do Ministério Público.

21.5. Com referência aos funcionários da SE:

Com relação às autoridades de ensino que tiveram participação nas diversas irregularidades, a Comissão propôs a instauração de processo administrativo disciplinar contra os mesmos.

22. O Senhor Secretário da Educação, acolhendo o parecer da Comissão Especial de Sindicância, determinou, conforme constante de seu despacho, anexado à contra-capa do relatório:

22.1. expedição de ato cassando a autorização de funcionamento concedida à Sindicada, juntamente com as demais providências propostas;

22.2. encaminhamento das cópias do relatório final parecer conclusivo ao Poder Judiciário em Suzano, bem como à Procuradoria Geral da Justiça;

22.3. encaminhamento, pela DRE-5-Leste, ao Gabinete da SE dos expedientes relativos a ex-alunos ou supostos alunos, para a adoção das providências cabíveis.

22.4 - instauração de processo administrativo disciplinar contra funcionários da SE envolvidos no processo.

2. APRECIÇÃO

1. Trata o presente, de relatório elaborado pela Comissão Especial de Sindicância designada por Resolução SE publicada em 27/11/84, em cumprimento aos Pareceres CEE nº 1484/84 e nº 495/85, para atuar junto ao Instituto de Educação Suzanense, ex-Instituto de Educação "Santo Antônio", de Suzano.

2. O referido estabelecimento de ensino foi objeto de Comissão Especial de Sindicância durante o ano de 1980, em face de irregularidades amplamente divulgadas pela imprensa, sendo que, no relatório então elaborado, a comissão apontou, em suas conclusões, as irregularidades detectadas:

- facilidade de frequência dos alunos;
- Curso de Magistério, feito quase que exclusivamente aos sábados;
- falta de organização racional e distributiva dos alunos em classe;
- existência de muitos professores sem habilitação;
- número elevado de matrículas e limitações da capacidade física das salas de aula;
- falta de processo de adaptação a 463 alunos matriculados nas 2ª e 3ª séries do Magistério;
- curso de fim de semana feito através de apostilas;
- falta de cumprimento do estágio obrigatório.

3. A Comissão de Sindicância, à época, propôs "o encerramento das atividades do Instituto de Educação "Santo Antônio", de Suzano, devendo a Secretaria de Educação assegurar aos alunos a continuidade de seus estudos em estabelecimento de

ensino congênere, bem como pela designação de uma comissão permanente para verificação da regularidade de vida escolar dos alunos e pela apuração da responsabilidade da DE de Suzano a que está diretamente subordinada a escola."

4. Este Conselho, ao analisar a situação específica de Nuno Manoel Batista, pronunciou-se através do Parecer CEE nº 180/83, que, além de decidir sobre a situação do aluno interessado, observou que:

a) o encerramento da escola não ocorreu, tendo sido autorizada a transferência de mantenedora, bem como a mudança de denominação para Instituto de Educação Suzanense.

b) que os sobrenomes de pessoas identificadas como sócio-proprietário, isto é, Geraldo Justiniano Rezende Silva Jr., diretora Helena Brasil de Rezende e Secretária Yara Rezende A. de Toledo, têm semelhança com o atual Diretor Otto Carlos Brasil de Rezende.

5. Diante de tal constatação, através do citado Parecer, em sua Conclusão, Item 3, é solicitada à SEE a realização de nova Sindicância no Instituto de Educação Suzanense, (...) encaminhando relatório a este Colegiado, visando, principalmente, esclarecer os aspectos abordados."

6. A então Comissão Especial de Sindicância elaborou e encaminhou para ciência deste CEE, completo relatório de seus trabalhos, do qual originou-se o Parecer CEE nº 1584/84. Referido Parecer, considerando os novos aspectos levantados pela Comissão e considerando, ainda, que os fatos estavam estreitamente vinculados à situação que antecedeu a transferência de mantenedora e mudança de denominação da escola solicitou à SEE a designação de "nova Comissão Especial que, retomando os procedimentos inconclusos da Comissão Sindicante que atuou junto ao ex-Instituto de Educação Santo Antônio, fixe de forma inequívoca as responsabilidades de quantos (mantenedores, diretores, secretários, professores e autoridades supervisoras) contribuíram para que tão gra-

ves irregularidades houvessem ocorrido".

7. Além de dar prosseguimento à Sindicância, a SEE havia constituído uma Comissão Especial de Verificação do acervo referente a ex-alunos e supostos alunos da escola, que encaminhou a este Conselho relatório parcial de seus trabalhos, solicitando algumas orientações quanto aos procedimentos a serem adotados.

8. Deste relatório parcial, originou-se o Parecer CEE nº 498/85, que, em face dos fatos narrados pela referida Comissão de Regularização de Vida Escolar, reitera à Comissão Especial de Sindicância, a análise das ocorrências apontadas.

9. A Comissão Especial de Sindicância constatou que:

9.1- muito embora a 1ª Comissão, em 1980, tivesse concluído pela cassação da referida escola, o Senhor Secretário da Educação, à época, expediu Resolução SE em 09/01/81, proibindo matrículas novas, no Instituto de Educação "Santo Antônio", de Suzano;

9.2- Em face do "acordo de cavalheiros" havido entre os antigos mantenedores e elementos da SEE, a Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo expediu Portaria publicada em 21/02/81, autorizando a transferência de entidade mantenedora e mudança de denominação da Escola de Instituto de Educação "Santo Antônio" para Instituto de Educação Suzanense;

9.3- A escola continuou então o seu funcionamento normal, sendo que em muito pouco tempo os antigos membros da entidade mantenedora anterior, retornaram à atual, através de alterações contratuais.

10. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Supervisores propôs ao Senhor Secretário da Educação a adoção de medidas indicadas no item 21 do Histórico, no que foi atendida, uma vez que a escola já teve cassada a sua autorização e recolhido seu

acervo junto à DRE-5-Leste, através da Resolução SE 270, publicada em 21/10/86, e com relação as demais providências, o Diário Oficial de 21/10/86, publicou o despacho do Senhor Secretário na íntegra, determinando o seu cumprimento.

11. Antes de analisar o pedido de pronunciamento deste Colegiado, cumpre-nos destacar alguns pontos, excertos do Parecer Conclusivo apresentado ao Senhor Secretário de Estado da Educação pelos Supervisores Octacílio Machado Ribeiro (Presidente da Comissão), Aparecida Rolim de Albuquerque Cardaci e Pio Masani Ugayama em 17 de setembro de 1986, com base no qual o Exmo. Senhor Secretário da Educação, finalmente, adotou as medidas cabíveis, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 11/10/86;

a) "A transferência de entidade mantenedora (Processo 270/81-DRE-5-Leste) foi analisada pela Delegacia de Suzano, Divisão Regional de Ensino-5-Leste e Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo, estando, de forma geral, dentro da normalidade, sob o ponto de vista meramente formal. No entanto, alguns aspectos servem para questionar a referida transferência e demonstrar que a mesma não poderia ter ocorrido da forma que ocorreu. Primeiramente, havia uma proibição do Titular da Pasta de que se processassem novas matrículas na escola, proibição expressa na Resolução SE de 09 de janeiro de 1981. Assim, é curioso, e o termo é ameno, que em nenhum momento no processo de transferência, as autoridades de ensino que se manifestaram nos autos sequer mencionassem a existência da Resolução SE que proibia matrículas. O Senhor Delegado de Ensino disse que o processo era fruto de tramitação especial e urgente, não conseguindo explicar a razão dessa urgência perante a Comissão. Como está consignado no relatório final, o processo teve uma tramitação tão célere que a Administração relegou a planos interiores a cautela de que comumente se mune para analisar esse tipo de pedido."

b) "Não se pode nem falar em revogação tácita da Resolução SE de 09 de janeiro de 1981, pois o processo de transferência se quer passou pelo crivo do Titular da Pasta. A revogação, ainda que tácita, não se presume, mas deve estar cercada de evidências que encaminhem sem qualquer margem de dúvidas para este fim. Não foi isso o que ocorreu, nem por longe. Tirante estes

fatos, é inegável que a nova escola é sucessora legítima da primeira, pois, sob outro nome, passou a manter os mesmos cursos da anterior, no mesmo prédio, ficando inclusive, responsável pelo seu acervo. Fundamental que não se perca de vista o fato de que, para surgir o Instituto de Educação Suzanense, simplesmente fez-se uma alteração de denominação da escola. Mudaram o nome da escola e seus mantenedores (SIC) mas a escola é a mesma, com os mesmos alunos, os mesmos cursos, o mesmo prédio e até o mesmo Regimento Escolar."

c) "Restou comprovado que a transferência da mantenedora foi artifício encontrado pelos mantenedores, com a conivência de órgãos da Secretaria da Educação para inviabilizar a cassação da escola. Apurou-se ter havido interferência de alguns deputados, tendo sido realizadas reuniões no âmbito do Gabinete do Secretário para "resolver" o problema. Leve-se em conta que o Senhor Delegado de Suzano, professor Fausto Padovani vistara e conferira históricos escolares e livros de resultados finais sabidamente falsos. Além do mais, o mesmo Fausto Padovani expediu declaração em favor de supostos alunos, da qual tinha plena ciência de sua inveracidade. Essa declaração, no mínimo, inconsequente, veio a produzir a feitos junto a outras repartições públicas. A responsabilidade do Senhor Fausto diante disso extrapola do campo administrativo para o penal."

d) "A sistemática adotada pela Delegacia de Ensino de Suzano para verificar a autenticidade da documentos escolares era um convite à burla, uma vez que totalmente equivocada. Os Senhores Supervisores de Ensino que fizeram a supervisão rotineira na escola nunca "repararam" que havia um número de alunos matriculados superior à capacidade física das salas; que havia aulas aos sábados, que havia um afluxo considerável de veículos de cidades distantes nesses dias, que havia rasuras nos livros da escola, que havia prontuários suspeitos, etc... Tudo isso, mais os interesses não ligados à administração, é que pode explicar o "acordo de cavalheiros" pelo qual autoridades de ensino deslembrou-se da existência da Resolução SE de 09/01/81."

e) "Vê-se que havia duas situações distintas. Na primeira havia alunos matriculados que obtinham todo o tipo de facilidades (dispensa de frequência, etc.); na segunda, forjava-se uma vida escolar para o interessado, montando-se prontuários e tudo o mais. Foram localizados vários prontuários contendo requerimentos de matrículas assinados sem o devido preenchimento, livros rasurados e escriturados de modo absurdo. Por exemplo, no livro de resultados finais, relativos aos primeiros anos da década de 60, designam-se as séries do antigo curso ginasial, como 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries do 1º grau. Ora, é de conhecimento geral que o 1º grau, tal qual existe hoje, só veio a ter início na década de 70."

f) "Se as autoridades de ensino locais se mantiveram silentes, é certo que esta Comissão em nenhum momento deixou de apurar suas condutas, propondo, agora, no momento oportuno, o que de direito. A verdade final, temos certeza, surgirá do devido processo administrativo a ser instaurado."

12. Quanto ao pedido de pronunciamento por parte deste CEE sobre a regularidade das matrículas efetuadas a partir da publicação da Portaria COGSP, em 21/02/81, entendemos que:

a) se, quando da homologação da transferência de mantenedora e mudança de escola, foram considerados válidos os atos legais referentes às autorizações concedidas à entidade mantenedora anterior para o funcionamento da escola e dos cursos, todo e qualquer outro ato legal que lhe dissesse respeito, também seria considerado válido para a nova mantenedora;

b) assim, a Res. SE publicada em 10/01/81 proibindo a matrícula de alunos no Instituto de Educação "Santo Antônio" deve ser considerada válida para o Instituto de Educação Suzanense, razão pela qual, carecem de convalidação as matrículas efetuadas até 09/01/85, quando a Resolução SE nº 04, publicada em 09/01/85, proibiu novas matrículas no extinto Instituto do Educação Suzanense.

3 - CONCLUSÃO

À vista do exposto, nos termos deste Parecer:

1. toma-se ciência do Relatório Final da Comissão Especial de Sindicância que atuou junto ao Instituto de Educação Suzanense, ex-Instituto de Educação Santo Antônio, de Suzano, louvando-se seu trabalho sério e competente;

2. aplaude-se a decisão tomada pelo Senhor Secretário da Educação conforme publicação no Diário Oficial do Estado, em 21/10/86;

3. convalidam-se as matrículas efetuadas e atos escolares decorrentes, praticados pelo Instituto de Educação Suzanense, no período compreendido entre 11/1/81 e 9/1/85, sujeitos, contudo, à aprovação prévia pela respectiva Comissão Especial de Verificação de Vida Escolar.

São Paulo, CEEG, em 13 de maio de 1987.

a) Cons^o FRANCISCO APARECIDO CORDÃO
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de maio de 1987.

a) Cons^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Presidente